

Metodologia em Aristóteles: o tratado eudêmio sobre a amizade

Methodology in Aristotle: The Eudemian Treatise on Friendship

Palavras-chave: Aristóteles, método, amizade, Ética Eudêmia
Key-words—Aristotle; methodology; friendship; heuristics

Luiz Felipe

Bruder González

Mestrando em Filosofia
(USP).

luizbruder@gmail.com

Resumo

Estudos recentes vêm avaliando a aplicação de afirmações metodológicas de Aristóteles nos contextos investigativos em que comparecem, em consonância à estratégia que Owen (1960) empregou no estudo do tratado sobre a acrasia; procura-se ver a maneira como Aristóteles realiza, no caso particular, os princípios gerais que faz anteceder a suas investigações. Muitos deles têm por objeto tratados das *Éticas* (KARBOWSKI (2015a, 2015), COOPER (2009), NATALI (2010, 2015)), ou essas obras como um todo (SALMIERI (2009), ZINGANO (2007), FREDE (2012), DEVEREUX (2015), NATALI (2007), KARBOWSKI (2014)), e há razões para isso. Nelas, Aristóteles apresenta muitas considerações que poderíamos chamar metodológicas, e a existência de duas versões (ou três, se tomarmos em consideração a *Magna Moralia*) de uma dada investigação fornece algo assim como um controle para uma leitura realizada sobre uma das obras, ou constitui ela mesma objeto de estudos comparativos. Nesse contexto, relativamente pouca atenção vem sendo dada a *EE VII 2 §1 1235b13–18*, uma reflexão sobre método que abre a seção propositiva do tratado eudêmio sobre a amizade. Neste artigo, desejo mostrar que ele fornece determinações metodológicas suplementares às de *EN VII 1 1145b3–7*. Farei isso a partir de uma interpretação de *EE VII 2 §§2–23*, onde, como irei mostrar, Aristóteles realiza as prescrições de *EE VII 2 §1 1235b13–18*.

Abstract

The idea that Aristotle makes use of a dialectical method in his ethical writings has been subject to intense reevaluation in recent works (KARBOWSKI (2014, 2015a, 2015), COOPER (2009), NATALI (2007, 2010, 2015), SALMIERI (2009), ZINGANO (2007), FREDE (2012), DEVEREUX (2015)). Many of them adopt the strategy of examining how Aristotle consubstantiates his methodological claims in his subsequent investigation. In this paper, I justify and apply this program to *EE VII 2 §1 1235b13–18*, a passage that, despite its proximity to that of *EN VII 1 1145b3–7*, has not as yet received its share of attention by commentators. My main claim is that the doctrine of the focal meaning of friendship answers to the prescriptions that Aristotle presents in *EE VII 2 §1*. I conclude that Aristotle, in the eudemian treatise on friendships, makes use of what we could call a dialectical or aporematic procedure.

ISSN 2359-5140 (Online)
Ipseitas, São Carlos, vol.4,
n.2, p. 124-148, ago-dez,
2018

1. Introdução

Em *EN VII 1 1145b2–7*, Aristóteles afirma que:

Deve-se, porém, aqui como nos demais casos, à medida que vamos dispendo os fenômenos e, tendo passado primeiro pelas dificuldades, ir assim provando (δεικνύναι) de preferência todas as opiniões reputadas acerca destas afecções, mas, se não, sua maior parte e mais digna de respeito. Afinal, se as dificuldades estiverem dissolvidas e forem deixadas as opiniões reputadas, terá sido suficientemente provado. *EN VII (Livro Comum III) I 1145b2–7*.¹

O trecho, a reflexão metodológica que Aristóteles faz anteceder a seu estudo sobre a acrasia, fornece três elementos relativos à forma que a investigação subsequente irá assumir; eles são indicados pelos verbos *τιθέναι*, *διαπορῆσαι*, *δεικνύναι* (BARNES, 1980, p. 490).² Os dois últimos termos representam os dois momentos fundamentais da investigação que será conduzida: o momento aporético, digamos assim, quando dificuldades são apresentadas; e o momento propositivo, em que soluções são fornecidas para os problemas formulados.³ Quanto a este momento propositivo, nenhuma informação é apresentada senão que é condição suficiente para levá-lo a efeito “dissolver as dificuldades” (1145b6) e “serem deixadas as opiniões reputadas” (1145b6–7). O processo pelo qual se poderá chegar a uma teoria adequada da acrasia é deixado em uma indeterminação quase completa.

Veja-se, agora, o §1 do capítulo 2 de *EE VII*:

Uma <explanação> remanescente (λοιπός) que, a um tempo, tanto (1a) nos restituirá as coisas que se pensa sobre esses pontos no maior grau quanto (1b) dissolverá as aporias e (1c) as contrariedades (2) deve, naturalmente, ser admitida. (3) E isso ocorrerá (τοῦτο δ' ἔσται) se (3') estiver claro que os contrários são reputados por boas razões. Com efeito, uma explanação desse tipo será a que melhor se coadunará aos fenômenos. E ocorre manterem-se as contrariedades se há uma maneira pela qual o que se diz é verdadeiro, mas há uma maneira pela qual não. *EE VII 1235b13–18*.⁴

A reflexão é apresentada após a formulação de dificuldades, e mais atenção é dada à descrição do λόγος que “deve ser admitido”. A condição (3'), “estar claro que os contrários são reputados por boas razões” mantém, como o indica o radical presente em φαίνηται, uma relação

1 Δεῖ δὲ, ὡσπερ ἐπὶ τῶν ἄλλων, τιθέντας τὰ φαινόμενα καὶ πρῶτον διαπορῆσαντας οὕτω δεικνύναι μάλιστα μὲν πάντα τὰ ἐνδοξα περὶ ταῦτα τὰ πάθη, εἰ δὲ μή, τὰ πλείστα καὶ κυριώτατα: ἐὰν γὰρ λύηται τε τὰ δυσχερῆ καὶ καταλείπηται τὰ ἐνδοξα, δεδειγμένον ἂν εἴη ἰκανῶς.

2 Reimpresso em BARNES 2011, pp. 174–94.

3 Deixamos de lado a ideia de *τιθέναι* τὰ φαινόμενα, pois o *infectum* pode estar indicando diversas relações temporais entre essa ação, por um lado, e as de “passar pelas dificuldades” e “provar”, por outro.

4 Para o texto adotado, v. notas Erro: Origem da referência não encontrada abaixo.

de concomitância com a realização de “isso” em (3). Há razões, como desejo mostrar, para interpretar essa relação como uma relação entre meio e fim, bem como para fazer o pronome referir a totalidade de 1a–c; neste caso, Aristóteles estaria fornecendo uma descrição da maneira pela qual podemos chegar a “dissolver aporias e contrariedades” e “restituir o que se pensa” acerca da amizade.

A descrição fornecida por (3’), no entanto, é vaga demais; para determiná-la, é conveniente examinar a maneira como as prescrições deste §1 se realizam na investigação subsequente acerca da amizade. Desejo mostrar que o emprego que Aristóteles faz da doutrina de que as amizades são ditas por referência a uma (πρὸς μίαν τινα λέγονται καὶ πρώτην—*EE* VII §9 1236a17–18) pode ser vista como uma realização de (3’) e, por meio dele, de 1a–c.

2. Análise preliminar do §1 e prolegômenos à interpretação de §1–23

Após essa breve introdução, passo à análise do texto. Em primeiro lugar, apresento o texto do §1 e minha proposta de tradução, apontando em seguida algumas dificuldades interpretativas. Depois, apresento algumas considerações sobre o que Aristóteles quer dizer com “contrariedade”, “aporia” e “fenômeno” no §1, que serão úteis para a minha análise. Por fim, elaboro minha leitura do que se passa no argumento dos §§1–23, com destaque para o papel que “coisas reputadas” (δοκοῦντα) exercem nele.

Eis o texto do §1 e minha proposta de tradução:

ληπτέος δὴ λοιπὸς⁵ ὅστις ἡμῖν ἄμα τὰ τε δοκοῦντα περὶ τούτων μάλιστα ἀποδώσει, καὶ τὰς ἀπορίας λύσει καὶ τὰς ἐναντιώσεις. τοῦτο δ’ ἔσται, ἐὰν εὐλόγως φαίνηται τὰ ἐναντία δοκοῦντα· μάλιστα γὰρ ὁμολογούμενος ὁ τοιοῦτος ἔσται λόγος τοῖς φαινομένοις. συμβαίνει δὲ μένειν τὰς ἐναντιώσεις, ἐὰν ἔστι ὡς⁶ ἀληθὲς ἢ τὸ λεγόμενον, ἔστι δ’ ὡς οὐ.

Uma <explanação> remanescente (λοιπός) que, a um tempo, tanto (1a) nos restituirá as coisas que se pensa sobre esses pontos no maior grau quanto (1b) dissolverá as aporias e (1c) as contrariedades (2) deve, naturalmente, ser admitida. (3) E isso ocorrerá⁷ (τοῦτο δ’ ἔσται) se (3’) estiver claro que

5 PCL; W&M imprimem λόγος, admitido pela primeira vez no Laur. 81. 4; Sylburg sugere τρόπος.

6 PCL; W&M: ἐὰν ἔστι <μὲν> ὡς, suprido por Casaubon.

7 Tornar manifesto que os contrários são reputados por boas razões não é suficiente para que se “restitua” as δοκοῦντα (argumento: há indícios que isto é o que ocorre no caso da ἀκρασία, pois a) Aristóteles não faz menção da possibilidade de “se manterem as contrariedades”, como ocorre no tratado sobre a amizade; pelo contrário, b) ele aventa a possibilidade de que não se possa “mostrar todas as opiniões reputadas”; quando este não é o caso, entendo que Aristóteles quer dizer que não foi possível “restituir tudo o que se pensa sobre essas coisas”, nos termo do livro sétimo), mas é suficiente para que contrariedades e aporias sejam dissolvidas. Neste caso, τοῦτο se refere apenas a 1b e a 1c. O argumento para este ponto consiste na leitura a ser apresentada para os §§9–13. Acredito que explanção que será elaborada por Aristóteles cumpre 1b e 1c até o final do §13, e isso justamente por

os contrários são reputados por boas razões. (4) Com efeito, uma explanação desse tipo será a que melhor se coadunará aos fenômenos. E ocorre (5) manterem-se as contrariedades (5') se há uma maneira pela qual o que se diz é verdadeiro, mas há uma maneira pela qual não.

Aristóteles faz uma afirmação acerca de um objeto que ele não refere explicitamente (ele não utiliza um termo para denotá-lo); no lugar disso, ele nos apresenta uma descrição, no registro o mais geral possível (ὄστις), daquela coisa que deve ser admitida. Ela será “remanescente” (λοιπός) e tal que:

- 1a restituirá o que se pensa sobre essas coisas;
- 1b dissolverá as aporias;
- 1c dissolverá as contrariedades.

Tais realizações constituem *desiderata* de uma boa teoria, e as iremos chamar, neste sentido apenas, de “prescrições”.⁸ Uma ou mais delas será o caso “se (3') estiver claro que os contrários são reputados por boas razões” (evidentemente, uma teoria, na medida em que é discursiva, não poderá lográ-lo, digamos, de uma vez, e será necessário solucionar uma a uma as dificuldades e as aporias; o mesmo vale para “restituir as coisas que se pensa” sobre o assunto). Este item (3') é posto sob a égide da justificativa em (4), segundo a qual um λόγος tal que acarrete (3') será o que se coadunará melhor com os fenômenos. Por fim, afirma-se, quase como um aparte, que pode acontecer de manterem-se as contrariedades desde que haja várias maneiras de se interpretar um dito.

Aristóteles põe em prática algumas dessas prescrições quando apresenta sua doutrina das amizades, e particularmente quando apresenta a ideia de que a amizade (i) se divide em três tipos; (ii) não são ditas “em um mesmo sentido” (καθ' ἑν) ou “de um mesmo tipo de coisas”; (ii') não são ditas de um “gênero unificado” (ἐνὸς γένους); e (ii'') que elas não são ditas de maneira inteiramente homônima. Antes de ver como isso se dá, devemos situar as dificuldades com as quais Aristóteles terá de lidar, bem como os critérios que ele considera suficientes para dizer que teve lugar a dissolução de uma aporia. Começo com algumas considerações acerca do termo “fenômeno” no trecho, que me serão úteis para apresentar a contrariedade que está em jogo nos §§9–23. Para os meus propósitos, bastará afirmar que ele não se confunde nem com “o que se pensa sobre o assunto” (τὰ δοκοῦντα),

que ela realiza a prótase de (3) fazendo ficar “claro que os contrários são reputados por bons motivos”.

8 Não desejo me comprometer com a ideia de que se trata de prescrições metodológicas, pois entendo que isso envolveria a possibilidade de aplicá-las a título de regras. Os termos utilizados por Aristóteles, “contrários que são reputados”, “aporia”, “contrariedade”, apresentam intersecções tais, e as relações entre esses termos é descrita em termos tão gerais que está preclusa qualquer interpretação que as entenda como procedimentos.

nem com o conjunto “daquilo que se afirma sobre o assunto” (o conjunto dos λεγόμενα, 2 §1 1235b17–18).

Há determinadas posições que nos comprometem com teses avessas aos fenômenos. Ao criticar o raciocínio dos acadêmicos⁹, segundo o qual apenas o que se conforma com as características da amizade primária deve ser chamado de amizade, Aristóteles afirma que a posição nos obriga a afirmar παράδοξα, “opiniões absurdas” (2 §22 1236b22), o que significa fazer violência aos fenômenos.¹⁰ Existem, portanto, opiniões que se opõem aos fenômenos, opiniões absurdas. Elas podem ser ditas coisas que se pensa sobre o assunto. Portanto, o conjunto do que se pensa sobre o assunto não se confunde com o dos fenômenos ou, como prefiro neste contexto, do que é “manifesto”.¹¹ Quanto “ao que se afirma” sobre o assunto, parece-me claro que o termo refere também posições que, pelo menos em um primeiro momento, serão recusadas e com as quais Aristóteles não irá, digamos, “coadunar-se” (ὁμολογεῖν). Penso na ideia dos acadêmicos segundo a qual não existem outras amizades (2 §12 1236a27): se se tratasse de um “fenômeno”, Aristóteles teria de se mostrar de acordo com ele (2 §1 1235b16–17).

Os fenômenos, portanto, não se confundem nem com o que se pensa sobre a amizade nem com o que se afirma acerca dela, e isto nos diz algo a respeito da sua extensão. É possível conhecer algo da sua intensão, alguma propriedade sua? Em I 6, Aristóteles afirma que, em matéria de virtudes, deve-se proceder “com recurso aos testemunhos

9 O que nos assegura que se trata de acadêmicos? Os dados são: um argumento pela tese de que apenas os bons são amigos é apresentado (e em seguida abandonado) por Sócrates (214d3–7; cf. 214e2ss). A tese de que os vis (πονηροί) não podem ser amigos é fundamentada pela ideia, que não é objeto de justificação, de que os amigos não cometem injustiça um para com o outro (214c2–3). Além disso, há apenas o fato de que, no texto que estamos examinando, as ideias de que há apenas uma amizade e que φαῦλοι não podem ser amigos têm seus autores referidos sempre por artigos (οἱ δέ, 1236a18, 1236b12) ou pela desinência verbal (1236a24, 25, 27, 1236b18), o que indica que Aristóteles estava se referindo a um mesmo grupo de pessoas de fácil identificação. Fora isso, não há nada (Dirlmeier, p. 384–85, ad 1236a28). O argumento utilizado por esses pensadores é muito parecido com aquele descrito por Aristóteles em I 8 (onde ele também faz questão de lembrar que o que explica certas propriedades do bem ele mesmo é antes seu caráter primário do que a participação: μάλιστά τε γὰρ ἀναιρουμένου γὰρ τοῦ μετεχομένου ἀναιρεῖσθαι καὶ τὰ μετέχοντα τῆς ἰδέας, ἃ λέγεται τῷ μετέχειν ἐκείνης, τὸ δὲ πρῶτον τοῦτον ἔχει (leitura de L; P e C fornecem ἔχειν) τὸν τρόπον πρὸς τὸ ὕστερον...—1217b11–13), e, no nosso trecho, Aristóteles afirma que “*também* no caso da amizade não são eles capazes de preservar o que é manifesto” (1236a25). Irei me referir a eles como “acadêmicos”.

10 Tomando o καί como epxegético: [...] ἐκείνως μόνον λέγειν τὸν φίλον βιάζεσθαι τὰ φαινόμενα ἔστι, καὶ παράδοξα λέγειν ἀναγκαῖον.

11 Não se confundirem opiniões (ou ἔνδοξα) com os φαινόμενα é contrário à leitura, proposta por Owen (1986) para EN VII 1145b2–7 segundo a qual φαινόμενα deve ser entendido como referindo os λεγόμενα acerca do assunto (a acrasia). Sua posição foi objeto de uma importante retificação por Cooper (2009, pp. 20–26), que mostra que os λεγόμενα de 1145b8–20 não esgotam os φαινόμενα mencionados em 1145b3, pois a posição de Sócrates a) é apresentada só em 1145b23–25 e b) consiste em um ἔνδοξον que será, nos termos de 1145b4–5, preservado por Aristóteles. A tese é, em todo caso, coadjuvante ao propósito primário de Owen, que era o de mostrar que problemas apresentados no *Parmênides* de Platão motivam muitas das investigações conduzidas por Aristóteles na *Física* (cf. Frede (2012), pp. 200–5).

e exemplos que são manifestos” (I 6 §1 1216b26–35). Isto é condição para que se possa recorrer a “argumentos” (I 6 λόγοι—§1 1216b27) no exame de qualidades—justo, corajoso etc.—que desejamos antes possuir do que conhecer (I 6 §1 1216b20–25). A razão disso é que os fenômenos são algo como um fulcro de concórdia entre as pessoas, apoiar-se neles é agir de modo a maximizar a “persuasão” (πίστις) do que se diz (I 6 §1 1216b28–30).¹² Portanto, o recurso a fenômenos é garantidor de persuasão.¹³

Assim, a afirmação daquilo que é manifesto detém *per se* um elevado poder de persuasão. Além disso, aquilo que é manifesto não se confunde nem com o que se diz sobre determinado assunto, nem com o que se pensa a respeito dele. Os impasses que Aristóteles irá examinar no capítulo 2 de *EE* VII compõem-se de teses cujo caráter “aporético” decorre de que uma delas é um “fato manifesto”, gerador de persuasão, e outra está apoiada em argumentos aparentemente sólidos.

Isto nos conduz à “contrariedade” e à “aporia” em jogo no trecho. No primeiro capítulo, após falar das opiniões demasiado gerais dos “naturalistas” (1 §8 1235a10)¹⁴, Aristóteles apresentara algumas teses em oposição:

A alguns, parece não ser possível que os moralmente inferiores sejam amigos, apenas os bons. Já a outros <parece> absurdo se as mães não têm afeição por suas crianças [...]. A outros apenas o útil parece ser objeto de afeição (φίλον). —1235a31–36.¹⁵

A ideia de que mães sentem afeição por seus filhos faz as vezes da tese que se opõe à de que apenas os bons são amigos.¹⁶ E a posição

12 Entendo que a justificativa apresentada nessas linhas afirma que a melhor maneira de se maximizar (κράτιστον) a πίστις de argumentos é maximizar o grau de concórdia das pessoas com aquilo que se afirma. Isso ocorre quando aquele que recorre a “argumentos” apoia-se naquilo que é óbvio. A ideia seria: dado que se recorre a argumentos e que se busca a πίστις, a melhor maneira de fazê-lo é apoiar-se no que é manifesto, pois isso assegura que todos estarão de acordo com o que se diz, isto é, o efeito persuasivo do que se afirma será máximo.

13 Cf. Brunschwig (2000), pp. 228–31; Brunschwig (1967), pp. xxxiv–xxxvii.

14 A primeira citação é de Eurípides, *Phoenissae* 539–40.

15 Τοῖς μὲν γὰρ οὐκ ἐνδέχεται δοκεῖ τοὺς φαύλους εἶναι φίλους, ἀλλὰ μόνον τοὺς ἀγαθοὺς· τοῖς δ’ ἄτοπον εἰ μὴ φιλοῦσιν αἱ μητέρες τὰ τέκνα (φαίνεται κέ καὶ ἐν τοῖς θηρίοις ἐνοῦσα φιλία· προαποθνήσκειν γούν αἰροῦνται τῶν τέκνων)· τοῖς δὲ τὸ χρήσιμον δοκεῖ φίλον εἶναι μόνον.

16 Que a tese de que apenas o que é útil pode ser objeto de afeição (φίλον) se opõe à de que apenas os bons podem ser amigos (φίλοι) pode ser compreendido, acredito, sem dificuldades; mas e quanto à ideia de que as mães têm afeição por suas crianças? Ela não afirma que a φιλία é exclusiva de determinado tipo de pessoas, como as outras duas. Acredito que ela está em oposição apenas à primeira. A ideia de Aristóteles seria a de que mães—e mulheres de modo geral—oferecem um contraexemplo para a tese de que apenas os bons são amigos. Veja-se este lamentável trecho: “E a ciência política tem esta visada, fazer de modo que <a virtude> venha a ter lugar em quem ela ainda não está presente. E já é meio caminho andado se se trata de um ser humano [...] e, igualmente, de um homem ao invés de uma mulher [...]” — 1237a2–5. Por isso, traduzo φαῦλοι no trecho pela perífrase “indivíduos moralmente inferiores”, desejando abarcar não só indivíduos viciosos ou vis, mas todos os que, segundo Aristóteles, não são bons.

que afirma que apenas o útil é objeto de afeição está em contraposição às ambas. Temos assim o seguinte conjunto de teses:

Tese 1: Indivíduos moralmente inferiores não podem ser amigos, mas apenas os bons

Tese 2: Há pessoas que não são virtuosas e que são amigas

Tese 3: Apenas o útil suscita afeição

O conjunto todo se insinua como um mesmo bloco de ἐναντία δοκοῦντα (τοῖς μὲν γὰρ δοκεῖ... τοῖς δὲ <δοκεῖ>... τοῖς δὲ <δοκεῖ>—2 §§12–14 1235a31–36, cf. 1 §1 1235b15), e acredito que podemos entendê-lo como uma das “contrariedades” que o §1 afirma que serão solucionadas.¹⁷ Ela é composta por um “fenômeno”, a tese 2, ao passo que as teses 1 e 3 são sustentadas por argumentação.¹⁸ O caráter exclusivo e exaustivo de 1 e 3 implica que elas não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo e que apenas que uma delas será verdadeira. A tese 2 é apresentada junto da afirmação de que “é evidente também que a afeição está presente nos animais” (φαίνεται ἐνοῦσα—1 § 13 1235a34), que não é acompanhada de argumentação e parece representar, ela também, um fato manifesto em oposição à tese 1. Os argumentos pela tese 3 são apresentados logo de sua introdução, nos §§14–17 do capítulo 1.

Há, assim, teses que representam fenômenos, e teses que resultam de argumentação. Sua oposição, até aqui, é estritamente lógica. A posição dos acadêmicos, entretanto, mesmo contrariando o que é manifesto sobre o assunto, encontrou guarida e foi capaz de gerar perplexidade. Presumivelmente, nem toda contrariedade apresenta essas propriedades. “Aporia” parece referir alguma coisa adicional se comparado a “contrariedade”.

Aristóteles afirma em *Top.* VI 6 que a aporia é um estado psíquico¹⁹ que decorre do que parece ser uma igualdade de forças de dois

17 Para “contrariedade” (ἐναντιότης) com o sentido de “contraposição” (ἐναντιότης), cf. Bonitz (Index), 248a14–24. O termo sempre refere a oposição ela mesma, e nunca um dos termos isoladamente (como ocorre, por exemplo, com διαφορά). Aristóteles terá de lidar com diversas dificuldades desse tipo. Um segundo conjunto de teses em oposição é apresentado logo em seguida neste capítulo primeiro (ἔτι δοκεῖ τοῖς μὲν... οἱ δὲ—2 §16–17 1235b6–12). Nós não chegaremos a examinar o tratamento que Aristóteles confere a esse segundo conjunto.

18 Um argumento pela tese 1 pode ser encontrado no *Lysis* 214b2–d7 (sua conclusão está em 214d3–7; ele depende do entendimento de que o similar é o objeto de afeição do similar, o que será posto em questão a partir de 214e2, e talvez não represente a versão definitiva dos acadêmicos pela restrição da amizade aos bons; parece claro, em todo caso, que a ideia precisa ser sustentada por um argumento). Quanto à tese 2, para a ideia de que ela representa um fato manifesto, recorro a 1236b21–22, onde Aristóteles diz que a ideia de não existir amizades que não a dos virtuosos faz violência aos fenômenos; também aqui, em VII 1 §12 1235a33, a estrutura condicional da proposição afirmada, “é absurdo (ἄτοπον) se as mães não amam seus filhos” (ἄτοπον εἰ μὴ φιλοῦσιν), parece apontar para o resultado (insólito) de algum argumento, no caso, o que terá sido apresentado para a tese 1. O que será inaceitável (ἄτοπον) será não um qualquer elemento do argumento ele mesmo pela tese de que apenas os bons são amigos, mas consequências dele, como mães e animais não apresentarem afeição.

19 Em *Top.* VI 6 145a34–b2, quando da enumeração dos erros em que se incorre quando da apresentação de definições, Aristóteles fala que, quando o assunto são estados e afecções,

argumentos (145b15–20). Ela é, digamos, subjetiva, e depende daquele que está cogitando sobre esses argumentos (λογιζόμενοις ἡμῖν, 145b18.). As alternativas “parecem” (φαίνεσθαι) ser o caso em um mesmo grau, e por isso não sabemos que posição endossar ou, em alguns casos, como agir.

Embora Aristóteles insista que a aporia não se identifica com a “igualdade de raciocínios” (ἰσότης λογισμῶν) ela mesma (*Top.* VI 6 145b18), ele afirma que essa igualdade pode ser dita causa eficiente (ποιητικόν) da aporia (VI 6 145b16–20). Acredito que isso ocorre por que esses λογισμοί são veiculadores de πίστις. Muito antes, no livro primeiro dos *Tópicos*, quando da explicação da ideia de “problema”, Aristóteles diz que a existência de uma dedução (συλλογισμός) para determinada tese significa a existência de um “argumento persuasivo” (λόγος πιθανός) para essa mesma tese (I 11 104b12–14); existe um problema quando há argumentos persuasivos contrários sobre alguma coisa, pois “fica-se sem saber (ἀπορίαν γὰρ ἔχει) se as coisas são ou não assim por haver argumentos persuasivos para ambos os lados”. A presença de argumentos persuasivos é, portanto, uma condição suficiente para que se produza um estado de aporia. Além disso, quanto está em jogo a afirmação de contrários, temos que “as demonstrações dos contrários são aporias sobre os <respectivos> contrários”, como diz Aristóteles em *De Caelo* I 10 279b6–7, de modo que é necessário, para se dissolver uma aporia, mostrar que não existe demonstração necessária para determinada tese. Embora a contradição formal entre as diversas teses permaneça, dissolve-se a necessidade de levar a sério uma das teses, o que torna possível decidir por alguma das outras que estejam sobre a mesa.

A ἐναντίωσις que é capaz de deixar as pessoas em aporia deve ser composta por teses equiparáveis em matéria de πίστις. Se certa tese for um “fenômeno”, ela é, como vimos, persuasiva por si mesma; mas, se se trata de argumentos, eles deverão ser tais que nós não possamos ver como possam ser desarmados.²⁰ A aporia que nos interessa examinar é composta por três teses exclusivas e exaustivas que pare-

o termo genérico da definição deve ser capaz de “receber” (δεκτικὸν εἶναι) o *definiendum*. Em seguida, ele aduz o exemplo da “ciência na alma”, e diz que “ocorre” (ἐνίοτε) errar “em assuntos desse tipo” (ἐν τοῖς τοιοῦτοις); dado que dois dos exemplos citados—o terceiro é o da aporia—são de coisas que evidentemente têm lugar na alma (trata-se do sono e da dor), parece-me seguro entender que τοιαῦτα refere disposições e afecções que têm lugar na alma. Pode-se, assim, atribuir com relativa segurança a Aristóteles a ideia de que a aporia é algo que tem lugar na alma. Para uma defesa mais elegante da ideia, cf. Aubenque (2009).

20 O argumento dos acadêmicos é apresentado em 1236b12–14, e consiste em dizer que a amizade primária não se aplica aos φαῦλοι. A razão disso é que eles cometem injustiças um ao outro, ideia que está presente no *Lysis*, 214c2–3. Justiça é algo que se reputa que deve estar presente em uma amizade, e é apresentado por Sócrates para fundamentar a ideia de que os miseráveis (πονηροί) não podem ser amigos. Quanto à tese de que temos por amigos apenas aqueles que nos são ou podem ser úteis, seus argumentos são apresentados no capítulo 1, 1235a36–b1, logo da introdução da ideia.

cem, em um grau equivalente, serem o caso; trata-se de uma contrariedade entre teses que, se uma delas for verdadeira, as outras duas precisarão ser descartadas, e estamos dispostos a depositar confiança em cada uma delas, seja porque se apresenta argumentos em sua defesa, como em (1) e (3), seja porque se trata de algo “manifesto”, como em (2). A aporia de que se fala no §1, decorrerá da igualdade de πίστις destas posições, igualdade que é sempre relativa àquele que cogita o assunto (ἡμῖν λογιζόμενοις—*Top.* VI 6 145b18).

Isto quanto a distinções preliminares. Uma última palavra antes de passar a apresentar minha interpretação dos §§1–23. Aristóteles afirma que os acadêmicos que ele irá criticar recorrem frequentemente a determinado esquema argumentativo. Trata-se de tomar os atributos que caracterizam determinado tipo *x* de coisas e de, a partir daí, buscar encontrá-los em todo objeto candidato a ser classificado como *x* (§19, §21 1236b19). A possibilidade de aplicar esse argumento decorre de se entender que sua definição é universal.²¹ Irei me referir a ele como “argumento ἐφαρμόττειν”.

Isto posto, passo a apresentar minha interpretação para o trecho composto pelos §§1–23. Indiquei, de passagem, que §§14–23 pode ser visto como retomando e aprofundando pontos apresentados §§9–13. Tentarei agora mostrar que esses dois excertos, bem como essa sua separação podem ser bem interpretadas por ideias presentes no §1. Nos §§9–13, Aristóteles irá “tornar claro que as <posições> contrárias são reputadas de maneira compreensível” e “dissolver contrariedades e aporias” (os itens 3’ e 1b–c enumerados no texto do §1 citado acima). Nos §§14–23, ele procede de modo “manterem-se as contrariedades”, “restituindo” as várias opiniões sobre o assunto.²²

1. §§9–23

Começando no §9, Aristóteles introduz a ideia de que as amizades são ditas πρὸς ἕν:

ἀνάγκη ἄρα τρία φιλίας εἶδη εἶναι, καὶ μήτε καθ’ ἕν ἀπάσας, μήθ²³ ὡς εἶδη ἑνὸς γένους, μήτε πάμπαν λέγεσθαι ὁμωνύμως. πρὸς μίαν γάρ τινα λέγονται καὶ πρώτην, ὥσπερ τὸ ἰατρικόν καὶ

21 ἕνα λόγον ἐφαρμόττειν em 1236a26–27 explica de que modo acreditar que a amizade dos virtuosos é universal (l. 24 “eles presumem que algo primário é universal”, isto é, eles creem que a amizade dos virtuosos é um universal) implica não conseguir fazer justiça aos fenômenos.

Como fica claro por 1236b12–14 e por 1236b17–19, o argumento ἐφαρμόττειν pode ser usado para “testar” várias candidatas a uma relação de amizade. Distinguir primário e universal e afirmar que entre as amizades não há um κοινόν que possa ser predicado de todos é impedir que se recorra a argumentos desse tipo.

22 A discussão dos dois blocos de texto me dará ensejo de elaborar minha interpretação para os §§2–8.

23 P, C, L; Susemihl μήδε e, segundo Walzer&Mingay, remete a 1236b25–26, sugerindo, ao que parece, que a cláusula a respeito do gênero aparece aqui a título de *afterthought*. A tese não teria um papel importante a exercer no argumento de Aristóteles.

ψυχὴν ἰατρικὴν²⁴ καὶ σῶμα λέγομεν καὶ ὄργανον καὶ ἔργον, ἀλλὰ κυρίως τὸ πρῶτον. πρῶτον δ' οὐ λόγος ἐν ἡμῖν ὑπάρχει. οἷον ὄργανον ἰατρικόν, ὃ ἂν ὁ ἰατρὸς χρήσαιτο· ἐν δὲ τῷ τοῦ ἰατροῦ λόγῳ οὐκ ἔστιν ὁ τοῦ ὄργάνου. ζητεῖται μὲν οὖν πανταχοῦ τὸ πρῶτον· διὰ δὲ τὸ καθόλου²⁵ εἶναι πρῶτον λαμβάνουσιν καὶ πρῶτον καθόλου²⁶, τοῦτο δ' ἐστὶ ψευδός. ὥστε καὶ περὶ τῆς φιλίας οὐ δύνανται πάντ' ἀποδιδόναι τὰ φαινόμενα.

É, assim, necessário que existam três tipos de amizade e que não seja o caso nem que elas sejam ditas de um mesmo <tipo de coisas>, nem a título de formas de um mesmo gênero, nem de maneira inteiramente homônima. Com efeito, elas são ditas por referência a uma <amizade> una e primária, como ocorre no caso do termo “medicinal” de chamarmos a uma alma de medicinal e a um corpo, e também a um instrumento e a uma operação, mas em sentido próprio ao que é primário. E primário é aquilo cuja definição está presente em nós, como <quando se afirma> que é medicinal o instrumento que o médico utilizaria, ao passo que na definição do médico não consta a do instrumento. Busca-se, enfim, em todos os casos por aquilo que é primário. Todavia, em razão de o universal ser primário, eles presumem que algo primário é universal. Isto, porém, é falso, de modo que também no caso da amizade não são capazes de restituir os fenômenos.—1236a15–26.

Há duas coisas interessantes sobre as proposições apresentadas sob “necessário” na primeira linha. Primeiro, elas apresentam uma forte coesão lógica ou doutrinal, como mostrarei a seguir. Segundo, elas são empregadas conjuntamente na, por assim dizer, desconstrução da posição dos acadêmicos. Isso será levado a cabo por Aristóteles pela realização de prescrições apresentadas no §1, e defenderei a tese de que a, como irei chamá-la, *doutrina* da homonímia focal das amizades está suficientemente justificada por esse parágrafo.

Voltando ao texto. Ele é um tanto impactante pela série algo disparatada de afirmações negativas do primeiro período. Não parece haver nada no texto dos §§1–8 que tenha claramente preparado qualquer uma delas. Além disso, a conclusiva em ἄρα cria certo ruído com a explicativa que introduz o πρὸς ἕν das amizades, pois não se sabe exatamente o que pode ser concluído sem o apoio da ideia de que as amizades πρὸς μίαν λέγονται. Quanto à ideia de que há três amizades, ela sim está bem justificada pelo §8, onde se afirma que há três maneiras pelas quais falamos nas “coisas boas” e que podemos ter afeição por uma pessoa por qualquer uma dessas razões. A explicativa deve, portanto, subsidiar uma ou mais das declarações negativas coordenadas por “nem...nem...nem”. Visto que a afirmação de que

24 W&M imprimem ὡσπερ τὸ ἰατρικόν· καὶ <γὰρ> ψυχὴν ἰατρικὴν κτλ., a conjetura pertencendo a Bonitz. Pode-se tomar o neutro τὸ ἰατρικόν como uma menção e eliminar a pausa. Penso que Aristóteles não quer chamar atenção para o fato de que há diversos itens secundários, mas sim para o fato de que há um primário.

25 W&M imprimem τὸ <τὸ> καθόλου εἶναι (sugestão de Solomon).

26 W&M fornecem <τὸ> πρῶτον καθόλου, suprido por Spengel.

as amizades são ditas por referência a uma é uma versão positiva da ideia de que as amizades não são ditas de maneira inteiramente homônima,²⁷ irei concentrar minha atenção em tentar indicar o que permite a Aristóteles introduzir as ideias de que as amizades não pertencem a um mesmo gênero e não configuram uma espécie de coisas.

Quanto à proposição ela mesma que a explicativa apresenta, que “as amizades são ditas por referência a uma mesma e primária”, podemos tomá-la como um conteúdo inteiramente novo, ou como a reformulação de alguma coisa que fora exposta entre os §§1–8. Levando em consideração que não há nada nesses parágrafos que se pareça com a apresentação clara dessa ideia (sobretudo sob a rubrica da prioridade definicional) e que Aristóteles parece apresentar o exemplo de “medicinal” a título de ilustração do que ele quer dizer com ela, entenderei que ela está sendo introduzida neste §9. Disso tudo resulta que temos que explicar o que permite a Aristóteles afirmar: a) que as amizades não pertencem a um mesmo gênero de coisas, b) que elas não são objetos de um mesmo tipo, e c) que há uma amizade primária relativamente às demais e estas são ditas amizades por referência a ela. Agora, a ideia de que as amizades são ditas $\pi\rho\delta\varsigma\ \acute{\epsilon}\nu$ é inteiramente redundante de um ponto de vista lógico, já que a ideia de que há três amizades não sinônimas tais que uma delas é primária relativamente às demais significa justamente que elas são $\pi\rho\delta\varsigma\ \acute{\epsilon}\nu$. Tome-se determinado item x e os seus casos secundários, y , z , etc. Para ser tal que todos se relacionam a ele à maneira do $\pi\rho\delta\varsigma\ \acute{\epsilon}\nu$, será necessário que esses itens não sejam sinônimos, o que é assegurado por a) e b). Também será necessário que eles sejam homônimos, isto é, que eles sejam chamados por um mesmo nome, o que está garantido pela ideia de que há três amizades. Por fim, será preciso que x seja primário relativamente a esses itens, o que é afirmado por c).

27 Digo “uma versão” e não “a” porque Aristóteles poderia, a princípio, recorrer à analogia para afirmar a unidade de itens que não estão congregados sob um gênero; além disso não é claro se Aristóteles tem ou não à sua disposição um repertório de “homonímias não-acidentais”, para usar os termos de Shields (1999), no tratamento de casos desse tipo. Esta é a posição de Zingano (2013). O entendimento oposto é bem representado justamente por Shields, *op. cit.*, para quem qualquer modalidade de homonímia que expresse relações reais entre objetos será, forçosamente, homonímia focal, i.e., $\pi\rho\delta\varsigma\ \acute{\epsilon}\nu$. Minha própria posição consiste em um compromisso entre as dos dois autores, e entendo, com Shields, que a estrutura focal, afora a analogia, é a única modalidade de homonímia não-acidental em Aristóteles (vale lembrar que uma estrutura linear, como a que Zingano aponta ter lugar para as relações entre os tipos de alma (*op. cit.*, pp. 412–6), é também uma estrutura focal, pois todos os itens secundários estão em certa relação ao item primário, cf. Krämer (1957), p. 339 n. 86; Robin (1908), p. 168, obs. 172; mas cf., Wilson (2000), cap. 7, pp. 207–242, e Owen (1960), pp. 187–8, que afirma que há particularidades significativas na “significação focal” das almas); por outro lado, discordo de Shields quando ele propõe determinada restrição para os tipos de relações suficientes para garantir uma estrutura focal, já que Aristóteles recorre, quando afirma que tem lugar certa estrutura focal, a relações tão variegadas quanto as que conectam os diversos objetos referidos pelo termo “ser” à substância e as que conectam os objetos ditos “medicinais” à ciência da medicina.

Portanto, as teses a)–c), aliadas à ideia de que há três amizades, consistem em nada de outro senão na ideia ou doutrina de que as amizades são (ditas) πρὸς ἕν. Elas apresentam, digamos, uma forte coesão lógica. Veja-se, agora, o uso que Aristóteles faz delas nos §§9–13. Elas serão empregadas em conjunto na crítica do ponto de vista dos acadêmicos. Apresentemos novamente o texto integral de §§9–13:

ἀνάγκη ἄρα τρία φιλίας εἶδη εἶναι, καὶ μήτε καθ' ἕν ἀπάσας, μήθ' ὡς εἶδη ἑνὸς γένους, μήτε πάμπαν λέγεσθαι ὁμωνύμως. πρὸς μίαν γάρ τινα λέγονται καὶ πρώτην, ὥσπερ τὸ ἱατρικὸν καὶ ψυχὴν ἱατρικὴν καὶ σῶμα λέγομεν καὶ ὄργανον καὶ ἔργον, ἀλλὰ κυρίως τὸ πρῶτον. πρῶτον δ' οὐ λόγος ἐν ἡμῖν ὑπάρχει. οἷον ὄργανον ἱατρικόν, ὃ ἂν ὁ ἰατρὸς χρήσαιτο· ἐν δὲ τῷ τοῦ ἰατροῦ λόγῳ οὐκ ἔστιν ὁ τοῦ ὄργανου. ζητεῖται μὲν οὖν πανταχοῦ τὸ πρῶτον· διὰ δὲ τὸ καθόλου εἶναι πρῶτον λαμβάνουσιν καὶ πρῶτον καθόλου, τοῦτο δ' ἐστὶ ψεῦδος. ὥστε καὶ περὶ τῆς φιλίας οὐ δύνανται πάντ' ἀποδιδόναι τὰ φαινόμενα. οὐ γὰρ ἐφαρμόττοντος ἑνὸς λόγου οὐκ οἴονται ἄλλας φιλίας εἶναι²⁸. αἱ δ' εἰσὶ μὲν, ἀλλ' οὐχ ὁμοίως εἰσίν· οἱ δ' ὅταν ἢ πρώτη μὴ ἐφαρμόττη, ὡς οὔσαν καθόλου ἂν, εἴπερ ἦν πρώτη, οὐδ' εἶναι φιλίας τὰς ἄλλας φασίν· ἔστι δὲ πολλὰ εἶδη φιλίας. τῶν γὰρ ῥηθέντων ἦν ἤδη, ἐπειδὴ διώρισται τριχῶς λέγεσθαι τὴν φιλίαν. ἢ μὲν γὰρ διώρισται δι' ἀρετῆν, ἢ δὲ διὰ τὸ χρησίμον, ἢ δὲ διὰ τὸ ἡδύ.

É, assim, necessário que existam três tipos de amizade e que não seja o caso nem que elas sejam ditas de um mesmo <tipo de coisas>, nem a título de formas de um mesmo gênero, nem de maneira inteiramente homônima. Com efeito, elas são ditas por referência a uma <amizade> una e primária, como ocorre no caso do termo “medicinal” de chamarmos a uma alma de medicinal e a um corpo, a também a um instrumento e a uma operação, mas em sentido próprio ao que é primário. E primário é aquilo cuja definição está presente em nós, como <quando se afirma> que é medicinal o instrumento que o médico utilizaria, ao passo que na definição do médico não consta a do instrumento. Busca-se, enfim, em todos os casos por aquilo que é primário. Todavia, em razão de o universal ser primário, eles presumem que algo primário é universal. Isto, porém, é falso, de modo que também no caso da amizade não são capazes de restituir os fenômenos. Com efeito, quando uma mesma definição não se ajusta, pensam que não existem outras amizades, as quais existem, embora não da mesma maneira. Eles, porém, todas as vezes que a primária não consegue se ajustar – como quem pensa que, sendo primária, por isso mesmo ela haveria de ser universal –, afirmam que as outras não são amizades. Todavia, há muitas formas de amizade, pois temos já as de que falamos, visto que ficou delimitado que elas são ditas de três maneiras: uma está delimitada <como sendo> por conta da virtude, outra por conta do útil e outra por conta do prazer. – 1236a15-35.

A partir do §11, a ideia de que há uma amizade primária em relação às demais é empregada para exibir a causa do erro dos acadêmicos. Eles afirmam que a amizade dos virtuosos (ou qualquer que seja a amizade a que se está atribuindo a qualidade de primária, o ponto, como se verá, não é importante aqui) é universal, e não sem motivos: na medida em que se “busca em todos os casos por aquilo que é primário”, eles terminaram por reunir atributos característicos dessa amizade exemplar, e estão em posse do seu λόγος, da sua definição (13–17; 2 §§19–21). O problema começa quando eles tentam examinar candidatas a constituírem relações de amizade por meio de uma sondagem em busca da presença dos atributos próprios da amizade dos virtuosos, como descrito nas linhas 13–17 (trata-se da tentativa de aplicar o argumento ἐφαρμόττειν, como fica claro mais tarde, §§19–23 1236b12–23). Esse argumento é a fonte de todos os absurdos endossados pelos acadêmicos, pois é a partir dele que se afirma: que não há outras amizades (2 §12 1236a26–27, 28–29); que indivíduos moralmente inferiores não podem ser amigos (2 §19 1236b12–14); e que amigos por conta do prazer não o são verdadeiramente (2 §21 1236b17–19).²⁹ Como Aristóteles procede aqui? Primeiro, ele afirma, taxativamente, que não é necessário que as amizades sejam tomadas universalmente (τοῦτο δ’ ἐστὶ ψεῦδος—2 §11 1236a24–25). Isso é um primeiro passo em direção à dissolução da aporia em que o argumento ἐφαρμόττειν nos deixava, pois fica claro que o argumento dos acadêmicos não é necessariamente verdadeiro. Isto é levado a efeito pela apresentação de um ponto de sua própria doutrina, a saber, que há uma amizade primária relativamente às demais³⁰ e ela não é do mesmo gênero das demais, o que preclui a possibilidade de se buscar por atributos essenciais seus nas outras amizades.³¹ Em seguida, ele mostra que sua doutrina é mais digna de ser admitida porque, além de situar o local provável do erro dos acadêmicos, ela se coaduna (ὁμολογεῖν) ao que é manifesto sobre o assunto.³² Este ponto é muito interessante. As linhas 13–15 e 16–17...19–22 parecem repetir a mesma lição: na medida em que a aplicação do argumento ἐφαρμόττειν apresenta resultados negativos, os acadêmicos afirmam

29 Todas essas coisas são referidas por Aristóteles a título de coisas manifestas, “fenômenos”. Que há outras amizades: 1236a26 (que explica a afirmação anterior de que os acadêmicos não são capazes de τὰ φαινόμενα ἀποδιδόναι); que os φαῦλοι não são amigos e que os amigos por prazer não são amigos: 1236b22, que refere essas ideias nos termos de βιάζεσθαι τὰ φαινόμενα.

30 O que também pressupõe a ideia de que há várias amizades.

31 Já que, se as amizades não pertencem a um mesmo gênero, não há atributos essenciais que possam ser predicados delas κατὰ παντός, o que é condição necessária para que se possa falar em universal (APo I 4 73b25–74a3).

32 Estou me referindo à ideia de que existem outras amizades: depois de afirmar que a doutrina dos acadêmicos não faz justiça aos fenômenos, ele explica que, por aplicarem o argumento ἐφαρμόττειν, eles se veem em posição de recusar a existência de outras amizades. Haver outras amizades é, portanto, o fato (ou proposição) que ele refere na linha 13.

que não existem outras amizades (ou, nos termos da segunda vez em que a ideia parece ser afirmada, que “as demais (τὰς ἄλλας) não são amizades”). Por que Aristóteles diz isso duas vezes? Reiterar essa ideia é interessante para quem está apresentando uma doutrina rival à dos acadêmicos, como acredito que ele esteja fazendo. Porém, note-se que há duas diferenças nessas apresentações: na primeira vez em que Aristóteles apresenta uma contraposição à estratégia dos acadêmicos, ele simplesmente diz: “mas elas existem” (αἱ δ’ εἰσὶ μὲν), limitando-se a comentar: “só que não da mesma maneira” (ἀλλ’ οὐχ ὁμοίως εἰσὶν). Lembrando que existirem outras amizades além da dos virtuosos é algo de evidente ou manifesto quando o assunto é φιλία,³³ pode-se dizer que ele se limita aqui a constatar esse fato e a contrapor-lo à posição dos acadêmicos. Ele reafirma um dado manifesto. Veja-se, agora, o que ele diz na reapresentação da ideia:

Eles, porém, todas as vezes que a primária não consegue se ajustar [...], afirmam que as outras não são amizades. Todavia, há muitas formas de amizade, pois temos já as de que falamos, visto que ficou delimitado que elas são ditas de três maneiras: uma está delimitada <como sendo> por conta da virtude, outra por conta do útil e outra por conta do prazer.—1236a28–32.

Como quem se apoia na afirmação que acaba de ser feita—o fato de que existem outras amizades—Aristóteles não faz uma afirmação existencial, mas uma predicação, e mostra, *actu continuo*, que sua doutrina, que acabou de ser apresentada no §9 (ῥηθέντα na linha 19) é capaz de se ajustar a esse fato. Sua doutrina é capaz de “restituir” (ἀποδοῦναι em 2 §1 1235b14) esse fenômeno, o que, aqui, não é outra coisa senão se mostrar de acordo com ele (ὁμολογεῖν em 1235b16). A reiteração da ideia é, assim, explicada ao se admitir que a manobra de Aristóteles consistiu em fazer valer um preceito do §1, o de coadunar-se ao que é manifesto.

Começamos já a visualizar o conteúdo da ideia de que o λόγος a ser apresentado irá se coadunar maximamente aos fenômenos (2 § 1 1235b16–17). A doutrina segundo a qual há três amizades não sinônimas tais que uma delas é primária relativamente às demais tira de cena o argumento pelo qual os acadêmicos sustentam opiniões bizarras (παράδοξα—§22 1236b22, cf. p. acima). Além disso, fornece-se a explicação de por que os acadêmicos se acreditaram em posição de aplicar esse argumento (de por que creem que a amizade dos virtuosos é universal), tornando compreensível por que eles sustentavam sua posição. Fica claro que sua posição era sustentada “por boas ra-

zões”, εὐλόγως.³⁴ Por fim, começa-se já a “devolver” (ἀποδιδόναι) os fenômenos em jogo na amizade, a começar pelo começo, quer dizer, pela afirmação de que elas existem. Assim, Aristóteles mostrou, a um só golpe, que se pode compreender a posição dos acadêmicos e que, a nos fiarmos na doutrina que se coaduna melhor aos fenômenos, não podemos aceitar que se procure ver nas demais amizades cada atributo que encontramos na amizade dos virtuosos.

A doutrina do πρὸς ἕν das amizades, porém, tem ainda muito trabalho a fazer. Ao longo dos §§14–23, Aristóteles avançará na reapresentação daquilo que se pensa acerca da amizade. Até mesmo aos acadêmicos estão reservadas certas concessões, já que suas afirmações também serão restituídas. Na verdade, o conjunto das posições que vimos, na página 9, constituir a contrariedade em questão no trecho será restituído, em respeito à cláusula 5 do §1. Isso ocorre ao longo dos §§14–23, e veremos agora como isso se dá.

No §12 do capítulo 1, quando da apresentação das δόξαι mais “afeitas” ao problema da amizade, Aristóteles apresentou (1) a tese de que apenas os bons podem ser amigos e que não é possível que indivíduos moralmente inferiores sejam amigos e, em oposição a ela, a ideia de que (2) os animais e as mães apresentam afeição;³⁵ também foi apresentado (3) um grupo relativamente autônomo de contrariedades relativas ao problema da amizade nos termos do útil.³⁶ As duas primeiras posições serão reapresentadas ao longo dos §§16–23 do capítulo 2, ou seja, após a elucidação do erro dos acadêmicos nos §§9–13 (logo falarei do que se passa nos §§14–16).³⁷ Tornado claro o erro dos acadêmicos e despojado de poder persuasivo o argumento específico pelo qual eles se opunham ao que é manifesto sobre o assunto, trata-se de “restituir o que se pensa sobre essas coisas” (2 §1 1235b13–14).

No §17, Aristóteles afirma que as amizades do prazer e da utilidade estão presentes nos “animais selvagens” (τοῖς θηρίοις—1236b7). Para tanto, ele primeiro exhibe o atributo da amizade primária que impediria que ela pudesse ser dita de animais que não homens, a “escolha

34 Eles o faziam por boas razões, mas não por razões boas, já que seu argumento é falso.

35 Tivemos ocasião acima de falar do papel das mães no argumento de Aristóteles (p. 6). Quanto aos animais, vale lembrar que Aristóteles diz que “é evidente que a afeição está presente neles” (φαίνεται... ἐνοῦσα—1235a34).

36 “Relativamente autônomo” porque está claro que a tese que é imediatamente posta em oposição à posição dos acadêmicos é a de que as mães apresentam afeição (como o indica a estrutura condicional sob a qual ela é apresentada, que parece ligar-se ao que se disse sobre os bons) e porque os diversos pontos acerca da utilidade reproduzidos por Aristóteles nos §§14–15 do cap. 1 são ditos ὑπεναντία não relativamente ao que se dissera sobre os bons ou sobre os φαῦλοι (pace Barnes (1980), p. 492), mas relativamente às opiniões “por demasiado gerais” (1235a30) mencionadas até 1 §12.

37 Na medida em que as proposições defendidas acerca da amizade da utilidade são postas em oposição às teses gerais relativas ao semelhante e ao contrário, Aristóteles não poderá restituir o que se pensa sobre o assunto senão no capítulo 5, ao discorrer a respeito das relações entre o ὁμοιον e a ἐναντιότης, de um lado, e a φιλία, de outro.

deliberada mútua” (ἀντιπροαίρεσις—1236b3).³⁸ A jogada tira de cena a amizade primária e nos permite afirmar: “as demais <têm lugar> também nos animais selvagens”, o que consiste em uma reapresentação do fenômeno que indiquei por (2). Em segundo lugar, e mais interessante, há o que Aristóteles diz em 2 §18 1236b10–12: os φαῦλοι “seriam também amigos um dos outros tanto por conta do útil quanto por conta do prazer”. Isto pode coadunar-se aos fenômenos, mas *não* restitui a posição dos acadêmicos, antes contrapõe-se a ela, pois o que eles diziam era que “não é possível que os φαῦλοι sejam amigos”. No entanto, a função dessa afirmação de 2 §18 1236b10–12 é permitir a retomada daquele argumento que permite aos acadêmicos concluir aquilo que, agora sim, efetivamente afirmam no capítulo 1: os φαῦλοι “não têm afeição um pelo outro” (2 §19 1236b14).³⁹ E esta afirmação é que é objeto de reapresentação logo em seguida: “não é que <os φαῦλοι> não exibam afeição, mas não a afeição primária” (οὐδ’ οὐ φιλοῦσι μὲν, ἀλλ’ οὐ τὴν πρώτην φιλίαν [...]—1236b14–15).⁴⁰ É, portanto, correto dizer que os φαῦλοι não têm afeição um pelo outro, desde que se diga: eles não têm a afeição primária. Estamos em pleno processo de “retificação” (μεταβιβάζειν—I 6 §1 1216b30) daquilo se diz sobre o assunto, processo cujo propósito é mostrar que todos esses “ditos” (λεγόμενα) estão, de certa maneira, de acordo (I 6 §1 1216b29). É isto restituir o que se pensa sobre essas coisas⁴¹ ao mesmo tempo em que vai ficando claro que cada uma dessas ideias é reputada por boas razões.⁴² Nesse mesmo sentido vai a afirmação do §21, 1236b20–21: “aquela [a amizade pelo prazer] é, conforme ficou dito, uma amizade, *não aquela, mas oriunda daquela* (οὐκ ἐκείνη δέ, ἀλλ’ ἀπ’ ἐκείνης)”. A restituição das diversas posições é apresentada por Aristóteles quase como lances espirituosos, em que todo o

38 A meu ver, a função do §16 é esta, a de trazer à tona este atributo que nos permitirá dizer que existe uma amizade reservada aos homens, a mesma a que os acadêmicos se referiam quando falavam em uma amizade “dos bons” no capítulo primeiro (§12 1235a32–33; ela é a mesma graças à observação, aliás brevíssima, de 2 §16 1236b1, de que a amizade primária anunciada no §9 é a amizade “dos melhores”). Aristóteles está reelencando os pontos apresentados no capítulo primeiro, mas qualificados de maneira tal que se eliminam suas oposições.

39 O texto de Aristóteles reza, “os que cometem injustiça não têm afeição um pelo outro”. A conclusão de que os φαῦλοι não cometem injustiça um ao outro é subentendida, pois a proposição é apresentada por Aristóteles a título da premissa maior de um silogismo com termo médio em “cometer injustiça”: “não ter afeição” pelo outro pertence a tudo o que “comete injustiça”, e isto pertence a todos os φαῦλοι; todos os φαῦλοι são tais que não exibem afeição um pelo outro.

40 Barnes (1991), em sua resenha da edição W&M, afirma que οὐδ’ οὐ, a lição dos principais manuscritos, é inaceitável neste trecho, mas não tem ocasião de argumentar pela leitura. Honestamente, não consigo enxergar os problemas que ela coloca. Em todo caso, Simpson (2013) adota a lição de P, C e L.

41 Quer dizer, sobre o útil, sobre os animais e sobre os φαῦλοι. τὰ δοκοῦντα περὶ τούτων, como se diz em 1235b13, sobre “essas coisas” de que se falou no capítulo 1, e não apenas sobre a amizade.

42 Que, neste caso, são também razões boas, a saber, o λόγος que Aristóteles está apresentando.

destaque é conferido às pequenas mudanças de formulação que as distinções de sua doutrina torna possíveis.

Quanto aos §§14–16, acredito que sua função é dupla. Em primeiro lugar, o trecho consiste na introdução propriamente das três amizades anunciadas no parágrafo anterior a partir de §9 1236b15. Aristóteles as situa aqui dizendo quais são os tipos de pessoas que cultivam cada tipo de amizade. Os comentários a partir dos quais ele faz isso, no entanto, não são gratuitos, e uma segunda função do trecho é apresentar elementos que permitirão a Aristóteles criticar o argumento *ἐφαρμότειν* empregado pelos acadêmicos na avaliação de diversos candidatos a amizades, como associações entre *φᾶῦλοι* e associações por conta do prazer. Foi o que acabamos de examinar. O trecho seria assim subordinado à tarefa de fazer voltarem, sob uma forma não-contraditória, as diversas coisas que se pensa sobre o tema da amizade.

Por fim, há o §23. Nele, Aristóteles afirma:

τὸ μὲν οὖν ἐκείνως μόνον λέγειν τὸν φίλον βιάζεσθαι τὰ φαινόμενα ἔστι, καὶ παράδοξα λέγειν ἀναγκαῖον· καθ' ἓνα δὲ λόγον πάσας δυνατόν⁴³. λείπεται τοίνυν οὕτως, ὅτι ἔστι μὲν ὡς μόνη πρώτη⁴⁴ φιλία, ἔστι δὲ ὡς πᾶσαι, οὔτε ὡς ὁμώνυμοι καὶ ὡς ἔτυχον ἔχουσαι πρὸς ἑαυτάς, οὔτε καθ' ἓν εἶδος, ἀλλὰ μᾶλλον πρὸς ἓν.

Enfim, por um lado, (μὲν οὖν) afirmar que se é amigo apenas daquele jeito [i.e. como os virtuosos] é fazer violência aos fenômenos (βιάζεσθαι τὰ φαινόμενα) e leva forçosamente a afirmar opiniões bizarras (παράδοξα λέγειν). Por outro lado (ὅτι), é possível <afirmar que> todas <são amizades> nos termos de uma doutrina unificada (καθ' ἓνα λόγον)⁴⁵; resta, então, que as coisas sejam assim, que há uma maneira (ἔστι μὲν ὡς) nos termos da qual há uma única amizade primária⁴⁶,

43 P, C, L; W&M imprimem ἀδύνατον, seguindo Bonitz.

44 P, C, L; μόνη <ή> πρώτη em W&M, que seguem a conjectura de Bekker.

45 Reconheço que o sentido técnico de καθ' ἓν é que mais se insinua neste contexto, especialmente em vista de 2 §9 1236a15. É ele, no entanto, que nos obriga a realizar a emenda de δυνατόν para ἀδύνατον. Além disso, se entendermos λόγος como a doutrina ou explanação que foi sendo apresentada desde o §2 (e se preservarmos δυνατόν), ὅτι pode ser interpretado como estabelecendo um contraste com o que é dito imediatamente antes no período anterior: “παράδοξα λέγειν ἀναγκαῖον”: por um lado, descrever a amizade apenas nos termos da amizade primária envolve afirmar absurdos; por outro, é possível, nos termos da doutrina apresentada, dizer que todas as amizades são amizades, em concordância com os fenômenos. Portanto, cumpre (λείπεται τοίνυν, “resta, então”; cf. 2 §1 1235b13 ληπτέος λοιπός (sc. λόγος)) reconhecer que as coisas se passam assim etc.

46 μόνη πρώτη φιλία, unanimemente modificado para μόνη <ή> πρώτη φιλία. Com o artigo, πρώτη precisa fazer parte do sintagma que ocupa posição de sujeito. Neste caso, podemos construir ou o sintagma <ή> πρώτη e entender φιλία como predicado: “apenas a primária é amizade”; ou tomar <ή> πρώτη φιλία e entender a predicação como existencial: “apenas a amizade primária existe”. Nenhuma das alternativas é desejável, pois elas nos colocam em contradição com o que se diz em seguida: ἔστι ὡς πᾶσαι, “todas existem” ou “todas são amizades”, e a jogada que Aristóteles vem apresentando desde o §2 consiste justamente em rerepresentar as várias teses de modo tal que suas contradições estejam dissolvidas. Por isso, prefiro manter o texto de P, C e L e construir μόνη φιλία <ἔστι> πρώτη, tomando “primária” como predicado verbal e μόνη como atributo do sintagma indeterminado: “apenas uma amizade é primária” ou “há uma única amizade primária” (podemos também tomar πρώτη como predicado verbo-nominal: “apenas uma amizade existe primária”, quer dizer, outras amizades existem, mas apenas uma existe “primariamente”). Para preservar

e há uma maneira nos termos da qual todas <existem>, nem como uns homônimos (ὁμώνυμοι, no masculino) e relacionadas umas com as outras de qualquer forma que seja, nem nos termos de uma mesma forma (καθ' ἓν), mas antes por referência a uma mesma coisa (πρὸς ἓν).—1236b21–26.

Duas expressões evocam, quase que explicitamente, o §1: “resta, então” (λείπεται τοίνυν, ληπτέος δὴ λοιπός em 1235b13) e “há uma maneira...há uma maneira” (ἔστι μὲν ὥς...ἔστι δὲ ὥς, ἔστι ὥς... ἔστι δὲ ὥς em 1235b17–18). Aristóteles encerra aqui a apresentação da sua doutrina do πρὸς ἓν das amizades. Ela permitiu realizar tudo o que fora anunciado no §1: restitui-se o que se pensa sobre o assunto, e ficou claro que as várias posições contrárias eram reputadas por bons motivos. Todas as teses que compunham a contrariedade que foi examinada foram preservadas, e, nesse sentido, ela também foi mantida. Também a aporia em que o argumento dos acadêmicos nos deixava foi dissolvida quando se mostrou que o argumento pelo qual todas suas opiniões eram afirmadas estava fundada em um erro. O que mais resta senão admitir a doutrina que é capaz de fazer tudo isto? ληπτέον δὴ, deve-se, naturalmente, admiti-la.

2. O λόγος do §1; o papel dos §§2-8; um procedimento metodológico?

Aristóteles nos está dando a ver como toda uma doutrina do que seja a amizade é capaz, *em conjunto*, de dissolver aporias, de preservar contrariedades e de tornar todas as posições sobre o assunto compreensíveis. Não há argumentos por cada uma das teses de tal doutrina, apenas a progressiva exibição de como ela realiza cada uma dessas coisas, elencadas todas elas no §1. Daí sua apresentação algo repentina no §9, 1236a15–18.

No primeiro excerto, fornecido pelos §§9–13, Aristóteles argumenta de modo a tornar claro por que os acadêmicos afirmam que não existem outras amizades (uma das opiniões absurdas que eles são obrigados a manter, outros exemplos sendo a tese de que os φαῦλοι não são amigos e que amigos por prazer não são amigos). Nestes §§9–13, Aristóteles evidencia o erro de raciocínio que permite aos acadêmicos afirmar cada um desses absurdos: cada uma das teses que eles sustentam decorre da aplicação de certo esquema argumentativo, que consiste em tomar relações que se apresentam como candidatas a amizades e sondá-las em busca dos atributos que sabemos serem o caso para a amizade dos virtuosos, no que se pressupõe que os atributos apresentados pela amizade dos virtuosos são comuns. As teses de que as amizades não pertencem a um mesmo gênero e nem

compõem uma mesma espécie torna impossível afirmar que existe entre elas um atributo essencial comum,⁴⁷ e desautoriza a aplicação do argumento pelo qual os acadêmicos sustentam sua posição. A razão por que devemos nos fiar nessas teses é que elas sim se coadunam aos fenômenos, já que estes—além de diversas outras coisas que se pensa sobre o assunto—podem ser rerepresentados por elas e, nesse sentido, explicados⁴⁸. Isso elimina a aporia em que a posição dos acadêmicos nos deixava. Como se não bastasse, a tese de que a amizade dos virtuosos é primária relativamente às demais (a tese que, por assim dizer, arremata a doutrina de que as amizades são ditas πρὸς ἕν) torna compreensível que os acadêmicos mantenham sua posição: eles o fazem porque creem que tudo o que é primário é universal. Em cumprimento das indicações fornecidas no §1, o conjunto de teses que, juntas, compõem a doutrina do πρὸς ἕν das amizades permitiu, sem deixar de concordar com os fenômenos, que se dissolvesse uma aporia, que ficasse claro que há motivos por que a posição dos acadêmicos é sustentada, e que se restituísse o que se pensa sobre o assunto.

Na interpretação que estou elaborando, o λόγος que é anunciado no §1 deve ser pensado como um conjunto de teses tal que tornará compreensível como pode ser o caso que tantas coisas aparentemente contraditórias sejam afirmadas acerca da amizade. A tradução de λόγος por “argumento” seria, neste caso, inadequada, pois não se trata de argumentar por uma tese, mas de explicar as diversas coisas que se pensa sobre o assunto; “discurso”, por sua vez, é vago demais. “Explicação” seria uma possibilidade se se tratasse de explicar algo específico, e não o conjunto dos δοκοῦντα. Por outro lado, “explicação”, embora em desuso, captura bem a ideia de tornar compreensível algo que, em razão da sua complexidade, não pode ser inteligido. “Explicar uma teoria” parece mais adequado do que “explicá-la”, pois uma explicação congrega muitas explicações (“explicar” também carrega uma ambiguidade feliz, pois pode significar, simplesmente, “expor”, e Aristóteles irá defender sua doutrina pela exposição das várias coisas que se pensa sobre o assunto). Ela envolve tanto a apre-

47 A não ser por acidente, como Aristóteles ensinará na *EN*. Iremos explorar esse ponto em um próximo capítulo sobre o tratado da nicomaqueia.

48 “Exibição” das várias opiniões sobre o assunto é a ideia de *EN* VII 1 1145b4, que confere alguma precisão à noção de “restituir”, nem que seja pelo *infectum* (δεικ-) sob o qual é apresentada: trata-se de um processo de progressiva (re)exibição das coisas que se pensa sobre o assunto, cujas várias contradições são, pelo menos em sua maioria (δεί... δεικνύναι... πάντα..., εἰ δὲ μή, τὰ πλεῖστα καὶ κυριώτατα), como que canceladas pelas distinções que a posição de Aristóteles traz à baila. Para paralelos entre os dois passos gêmeos de *EE* VII 2 1235b13–18 e *EN* VIII 1145b3–7, cf. Barnes (1980) p. 492–3. Zillig (2017) mostrou que o que Aristóteles afirma em 1216b32–35 ao indicar que convém substituir “o que se costuma dizer de modo indistinto pelo que é mais inteligível” deve ser entendido como a progressiva introdução das distinções necessárias à boa compreensão de determinado assunto, o que acredito que se coaduna bem com a interpretação que apresentei.

sentença de premissas (2 §2,4,9) como sua justificativa (§§9–23), a apresentação de problemas (§26) como sua resolução (§§27–34), e também a derivação de consequências (§34, 1237a30ss.).

Assim, o λόγος a que Aristóteles se refere no §1 é instanciado pela doutrina de que as amizades são ditas tais por referência à amizade dos virtuosos. Suas teses, porém, não serão as únicas a realizar os preceitos do §1: os §§2–8 também terão um papel a exercer nesse sentido. Nos §§2–3, Aristóteles soluciona a aporia composta pelas teses de que ou o bem ou o prazer deve ser tido pelo objeto de afeição (φιλούμενον).⁴⁹ Mediante a distinção entre “bem” (ἀγαθόν) e “bem que aparece como tal” (φαινόμενον ἀγαθόν)⁵⁰, Aristóteles mostra que o prazer também pode ser objeto de afeição. Ele é um bem que aparece como tal. Embora o resultado seja necessário para a afirmação do §8 de que os bens vêm em três tipos, ele não é suficiente para estabelecer esse resultado. A aporia do §2 é um impedimento para o ponto de vista que Aristóteles defenderá a partir do §9, e a função dos §§2–3 é tirá-lo de cena e possibilitar o avanço da investigação.

A alternativa exclusiva e exaustiva entre as candidaturas do bem e do prazer não são impeditivas apenas das afirmações feitas nos §§8–9; elas impedem também que se chegue aos resultados visados pelas teses apresentadas nos §§4–7. Nestes parágrafos, Aristóteles procura defender duas teses: I) que se deve fazer uma distinção entre bem absoluto (ἀγαθὸν ἀπλῶς) e bem para alguém (ἀγαθὸν τινί); II) que os objetos que são bens absolutos são os mesmos que são prazeres absolutos. Agora, no §24, quer dizer, depois da apresentação e desdobramento da ideia de que as amizades são ditas πρὸς ἕν, Aristóteles se apoia na tese II) na elaboração de um difícil argumento acerca das relações entre o amigo primário e o caráter de prazeroso. Não tenho intenção de analisá-lo, e meu ponto consiste em observar que, fundado na tese II) (ἐπεὶ—2 §24 1236b26–27), ele conclui pela explicação de “algo que se pensa” sobre a amizade, um ὄκοῦν, como se diz em 2 §1. Aristóteles diz: “<esta é a> razão pela qual o amigo, qualquer que seja seu tipo, é tido por (ὄκοῦν) prazeroso”. Essa afirmação, embora não constitua a apódose de “Visto que...”⁵¹, é algo que Aristóteles está ansioso por afirmar, pois a discussão que tem início no §25 e se estende até o §39 retoma, a partir de distinções mais aprofundadas, o

49 A exclusividade das teses parece decorrer da distinção entre duas fontes de motivação, a ἐπιθυμία e a βούλησις, que—assim rezaria o argumento gerador do impasse—deveriam atuar separadas.

50 Peço desculpas pela tradução desajeitada. Desejo afastar a conotação de falsidade associada a “aparente”.

51 Διὸ ὄκοῦν καὶ ὁ ὄπρωσοῦν φίλος ἡδύς. O argumento de 1236b26–32 é de difícil interpretação. Felizmente, meus pontos dizem respeito apenas à premissa a que Aristóteles recorre para formulá-lo (ἐπεὶ na linha 26) e àquilo que, com base nele, pode ser afirmado (διὸ ὄκοῦν...). Tendo a alinhar-me com Simpson, *comm. ad loc.*, e discordo de Dirlmeier quando ele afirma que a apódose do período deve ser vista na oração em διό.

problema do caráter prazeroso do amigo. Ela não poderia ter sido feita se Aristóteles não tivesse mostrado, nos §§2–3, que tanto bem como prazer podem ser objetos de afeição. A ideia, que constitui “algo que se pensa sobre o assunto” (2 §1 1235b13), é restituída por Aristóteles no §24 com o apoio de distinções feitas nos §§2–3.⁵²

Não existe um argumento linear fornecendo as condições necessárias e suficientes para as sucessivas afirmações de Aristóteles sobre o tema da amizade. Há momentos de, digamos, desbravamento, em que diversas teses são repentinamente apresentadas sob a promessa de realizar *desiderata* apresentadas no §1. Noutros momentos, como nos §§2–3, as distinções exercem o papel que lhes cabe rapidamente, e são depois esquecidas. Em outros, ainda, apresenta-se teses que só serão utilizadas mais tarde.⁵³

As indicações de 2 §1 parecem, assim, determinar de maneira significativa a forma que a investigação de Aristóteles irá assumir no tratado eudêmio sobre a amizade. Resta saber se elas podem ser sistematizadas em regras de investigação, quer dizer, em regras metodológicas. Aqui, desejo apresentar desde já minha posição: acredito que não, já que elas não podem ser interpretadas como um procedimento de qualquer espécie.⁵⁴ Elas são, entretanto, dotadas de conteúdo, e apresentam, mesmo que de modo aberto ou determinável, características que deverão ser satisfeitas pelo λόγος a ser adotado.

52 Sua afirmação também depende, naturalmente, de que se tenha distinguido três amizades e que se tenha afirmado que há uma amizade primária: ἐπει...ὁ δ' ἀληθινὸς φίλος καὶ ἀπλῶς ὁ πρῶτος ἐστίν...—1236b28. O argumento, qualquer que seja sua estrutura exata, é interessante pela maneira como aplica todo um conjunto de distinções postuladas por Aristóteles ao longo dos §§2–23.

53 Uma última palavra sobre os §§2–7: ele já foi reivindicado na tentativa de mostrar que a afirmação da doutrina da referência focal das amizades apresentadas no §9 está fundamentada nas distinções que Aristóteles traça nesses parágrafos (Berti 1971, p.176, Leszl (1970), pp. 394, n. 70, 394–5; mais recentemente, Ward (1995) reivindicou essa tese). Isso envolve, antes de tudo, mostrar que a tripartição dos bens apresentada no §8 é fundamentada por algum argumento presente em §§2–7. Porém, §§2–3 não falam da diferença entre prazer e bem enquanto ἀγαθά, mas enquanto objetos de afeição, e §§2–7 não apresentam a noção de útil enquanto bem (como nota Zingano (2015), p. 208–11); os parágrafos tampouco fornecem indicações suficientes para fundamentar a tese de que a amizade dos virtuosos é primária. Essa não é a intenção de A. no trecho, onde se trata de apresentar a distinção entre bem sem qualificação e bem para alguém, além da identidade entre prazer sem qualificação e prazer para alguém. Se Aristóteles quisesse denotar a ideia do bem como útil a partir da expressão τιμι, ele o teria feito de uma maneira enganosa, para não dizer contraditória, pois ele fala, nos §§4–7, além de em ἀγαθὸν τιμι, em ἡδύ τιμι: se a ideia de utilidade estivesse sendo veiculada pela expressão no caso dativo, estaríamos comprometidos com a noção estranha de um prazer útil para alguém. Além disso, em 1236a7–10 são apresentadas duas listas de bens, e ωφέλιμον e τιμι são apresentados separados, como se se tratasse de coisas diferentes. Por fim, Aristóteles recorre à ideia de “vantajoso” (συμφέρων) justamente para ilustrar o que seria o bem absoluto (1235b33–34), o que seria, no mínimo, extremamente confuso se sua intenção fosse delimitar um terceiro tipo de bem além dos dois de que ele fez menção nos §§2–3. Não se deve, por conta disso, entender o argumento da *EE* como falho ou lacunar. Embora se possa recorrer à *EN* por subsídios para a afirmação de que o útil é um bem (e.g. a 1096a26 e *EN* III 6), o ponto aqui é que é podemos entender o πρὸς ἔν como regido pelos princípios do §1, e não é preciso buscar por sua fundamentação nos parágrafos que o antecederam.

54 Cf. nota Erro: Origem da referência não encontrada acima.

Em primeiro lugar, o contexto aporético fornece a tarefa de solucionar impasses: trata-se de i) tomar teses de filósofos e fenômenos e ii) mostrar que esses itens exibem, na maneira como estão formulados, contradições entre si. Em um segundo momento, (iii) reapresenta-se esses itens, desprovidos agora de contradição. Essa reapresentação será feita a partir de distinções que são pontos de partida da teoria que se quer defender, e tendem, no tratado sobre a amizade da *EE*, a aparecer em cláusulas iniciadas pela ideia de admitir (λαβεῖν—1235b25; ληπτέον—30; cf. 1235b13), mas não necessariamente (1236a15–18). Essas distinções permitem deixar claro por que cada um daqueles itens (em sua forma inicial e insuficientemente distinguida⁵⁵) é defendido, o que, no caso de opiniões muito estranhas (παράδοξα), se materializa na tarefa de (iii–a) explicar o erro que conduz a afirmá-la, fornecendo a causa desse erro (2 §11 1236a23–25).⁵⁶ Isto respeita a cláusula 3' do §1 de que se deve tornar claro que cada posição é sustentada por bons motivos, i.e., por razões compreensíveis. No caso de posições que não nos comprometem com afirmações extravagantes, (iii–b) uma simples reapresentação nos termos da teoria bastará (2 §§14–23).

Em nome da clareza e sem pretender aborrecer o leitor, reapresentamos esses resultados de maneira esquemática. As indicações de *EE* VII 2 §1 1235b13–18 podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- i. Tomar teses e fenômenos;
- ii. Mostrar que, da maneira como estão formulados, esses itens exibem contradições;
- iii. Reapresentá-los a partir de distinções adicionais que eliminam as contradições:
 - a. Seja porque essas distinções tiram de cena uma das teses, responsável pela contradição—neste caso, deve-se fornecer a causa do erro de quem a sustentou;⁵⁷
 - b. Seja porque essas distinções permitem que eles sejam reapresentados sem contradizer uns aos outros.

Bibliografia

AUBENQUE, P. Sur la notion Aristotélicienne d'aporie. In: AUBENQUE, P. *Problèmes Aristotéliciens*. Paris: Vrin, 2009. p. 39–52.

55 Cf. Zillig (2017).

56 Essa é a lição do primeiro tratado do prazer no terceiro livro comum: ἐπεὶ δ' οὐ μόνον δεῖ τἀληθές εἰπεῖν ἀλλὰ καὶ τὸ ἀπίον τοῦ ψεύδους (τοῦτο γὰρ συμβάλλεται πρὸς τὴν πίστιν· ὅταν γὰρ εὐλογον φανῆ τὸ διὰ τί φαίνεται ἀληθές οὐκ ὄν ἀληθές, πιστεύειν ποιεῖ τῷ ἀληθεῖ μᾶλλον)—1154a22–25. O caso das diversas teses bizarras defendidas pelos platônicos não é o de algo que se nos afigura verdadeiro, mas o da suspensão forçada da crença naquilo que é manifesto: νῦν δ' ὁπότ' ἂν λύειν μὴ ἔχωσιν, ἀναγκάζονται πιστεύειν τοῖς εἰρημένοις.—*EE* I 6 1217a13–14.

57 Trata-se da posição de que a amizade dos virtuosos é um universal, que não é preservada sob nenhuma forma, mas descartada uma vez constatada a ilação em que ela estava fundada.

AUBENQUE, P. *Problèmes Aristotéliens—Philosophie Théorique*. Paris: Vrin, 2009a.

BARNES, J. *Aristotle and the Methods of Ethics*. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 34, n. 133/134, p. 490–511, 1980.

_____. *Method and Metaphysics—Essays in Ancient Philosophy I*. Oxford : Clarendon Press, 2011.

_____. *Philosophy and Dialectic*. In: BARNES, J. *Method and Metaphysics—Essays in Ancient Philosophy I*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 164–73.

ADDIN ZOTERO_BIBL {"uncited":[],"omitted":[],"custom":[]} CSL_BIBLIOGRAPHY _____. *An Oct of the EE R. R. Walzer, J. M. Mingay (edd.): Aristotelis Ethica Eudemia. (Oxford Classical Texts.)* Pp. xx + 162. Oxford: Clarendon Press, 1991. £13.50. *The Classical Review*, v. 42, n. 01, p. 27–31, 1992.

BERTI, E. *Multiplicité et Unité du Bien selon EE I 8*. In: MORAUX, P.; HARLFINGER, D. *Untersuchungen zur Eudemischen Ethik*. Berlin: Walter de Gruyter, 1971. p. 157–184.

BRUNSCHWIG, J. *Aristote—Topiques, tome I, livres i–iv*. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

BRUNSCHWIG, J. *Observation and Research*. In: BRUNSCHWIG, J.; LLOYD, G. E. R.; PELLEGRIN, P. *Greek Thought—A Guide to Classical Knowledge*. Cambridge, Massachusetts, Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2000. p. 72–93.

BRUNSCHWIG, J. *Aristote—Topiques, tome II, livres v—viii*. Paris: Les Belles Lettres, 2007.

COOPER, J. M. NE VII. 1–2: *Introduction, Method, Puzzles*. In: NATALI, C. *Aristotle: Nicomachean Ethics, Book VII—Symposium Aristotelicum*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 9–40.

DEVEREUX, D. *Scientific and ethical methods in Aristotle's Eudemian and Nicomachean Ethics*. In: HENRY, D.; K. M. N. *Bridging the Gap between Aristotle's Science and Ethics*. Londres: Cambridge University Press, 2015. p. 130–147.

FREDE, D. *The Endoxon Mystique: What Endoxa are and What They are Not*. In: INWOOD, B. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 185–216.

HARLFINGER, D. *Die Überlieferungsgeschichte der Eudemischen Ethik*. In: MORAUX, P.; HARLFINGER, D. *Untersuchungen zur Eudemischen Ethik*. Berlin: Walter de Gruyter, 1971. p. 1–50.

KARBOWSKI, J. *Is Aristotle's Eudemian Ethics Quasi-Mathematical*. *apeiron*, p. 1–19, 2014.

_____. *Phainomena as Witnesses and Examples: The Methodology of Eudemian Ethics I 6*. In: INWOOD, B. *Oxford Studies in*

Ancient Philosophy. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 193–226.

_____. Endoxa, facts, and the starting points of the Nicomachean Ethics. In: HENRY, D.; NIELSEN, K. M. *Bridging the gap between Aristotle's science and ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015a. p. 113–29.

KRÄMER, H. J. Zur Geschichtlichen Stellung der aristotelischen Metaphysik. *Kant-Studies*, v. 58, n. 1–4, p. 313–54, 1967.

LESZL, W. *Logic and Metaphysics in Aristotle*. Padova: Antenore, 1970.

MONTAGNES, B. *The Doctrine of the Analogy of Being according to Thomas Aquinas*. Milwaukee: Marquette University Press, 2004.

NATALI, C. Rhetorical and Scientific Aspects of the Nicomachean Ethics. *Phronesis*, v. 52, p. 364–381, 2007.

NATALI, C. Posterior Analytics and the Definition of Happiness in NE I. *Phronesis*, v. 55, p. 304–24, 2010.

NATALI, C. The search for definitions of justice in Nicomachean Ethics 5. In: HENRY, D.; NIELSEN, K. M. *Bridging the Gap between Aristotle's Science and Ethics*. Londres: Cambridge University Press, 2015. p. 148–68.

OWEN, G. E. L. Logic and Metaphysics in Some Earlier Works of Aristotle. In: DÜRING, I. *Aristotle and Plato in the Mid-Fourth Century*. Göttenburg: [s.n.], 1960.

_____. Tithenai ta phainomena. In: NUSSBAUM, M. *Logic, Science and Dialectic: collected papers in greek philosophy*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1986. p. 239–51.

ROSS, W. D. *Aristotle's Metaphysics, volume I*. Oxford: Clarendon Press, 1924.

_____. *Aristotle's Metaphysics, volume II*. Oxford: Clarendon Press, 1924.

_____. *Aristotelis Politica*. Oxford: Clarendon Press, 1957.

_____. *Aristotelis topica et sophistici elenchi*. Oxford: Clarendon Press, 1958.

_____. *Aristotelis analytica priora et posteriora*. Oxford: Clarendon Press, 1964.

SALMIERI, G. Aristotle's Non-'Dialectical' Methodology in the Nicomachean Ethics. *Ancient Philosophy*, v. 29, p. 311–35, 2009.

SHIELDS, C. *Order in Multiplicity—Homonymy in the Philosophy of Aristotle*. Oxford: Clarendon Press, 1999.

SIMPSON, P. *The Eudemian ethics of Aristotle—translated with explanatory comments and accompanying translation of Aristotle's On Virtues and vices*. New Brunswick, Londres: Transaction Publishers, 2013. 411 p.

SUSEMIHL, F. *Aristotelis quae feruntur Magna Moralia*. Leipzig: Teubner, 1883. 126 p.

SUSEMIHL, F.; APELT, O. *Aristotelis Ethica Nicomacheia*. 3^a. ed. Leipzig: Teubner, 1912. 279 p.

WALLIES, M. *Topica cum libro de sophisticis elenchis*. Leipzig: Teubner, 1923.

WALZER, R. R.; MINGAY, J. M. *Aristotelis Ethica Eudemia*. Oxford: Oxford University Press, 1991. 162 p.

WARD, J. Focal Reference in Aristotle's Account of Φιλία: Eudemian Ethics 2. *Apeiron*, v. 28, n. 3, p. 183–205, 1995.

WILSON, M. *Aristotle's Theory of the Unity of Science*. Toronto: University of Toronto Press, 2000.

ZILLIG, R. O que é “verdadeiro, mas não esclarecedor” segundo a Ética Eudêmia. *Archai*, v. 20, p. 231–254, 2017.

ZINGANO, M. Aristotle and the Problems of Method in Ethics. In: SEDLEY, D. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 297–330.

_____. Unidade do gênero e outras unidades em Aristóteles: significação focal, relação de consecução, semelhança, analogia. *Analytica*, v. 17, n. 2, p. 395–432, 2013.

_____. The Conceptual Unity of Friendship in the Eudemian and the Nicomachean Ethics. *apeiron*, v. 48, n. 2, p. 195–219, 2015.